



REFORMAS NO ENSINO MÉDIO E AS INVESTIDAS DO NEOLIBERALISMO CONTRA A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO MARANHÃO

Helciane de Fátima Abreu Araujo¹
José Antonio Ribeiro de Carvalho²
Francisco Jonnatans Sousa Silva³
Fabiane Borges Mafra⁴

Resumo

Este artigo é produto de uma pesquisa realizada no âmbito do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão – LEPECS/UEMA, entre 2022 e 2024. O objetivo foi analisar a implantação do Novo Ensino Médio, a partir de 2017, nas escolas da rede pública no Maranhão, em face (ao) do avanço do neoliberalismo no país. Com inspiração na sociologia reflexiva (Bourdieu, 1998), foram adotados procedimentos metodológicos qualitativos e quantitativos, incluindo visitas às escolas, entrevistas com professores/as de sociologia e gestores, rodas de conversas com alunos/as, observação em eventos, pesquisa documental, da legislação e bibliográfica. O estudo constatou que as reformas restringem o lugar das ciências sociais, impõem um malabarismo cotidiano para fugir da exclusão, desencadeando processos de resistência e de mobilização em face (aos) dos desafios.

Palavras – Chave: Reforma; ensino médio; neoliberalismo; resistências.

REFORMS IN HIGH SCHOOL AND THE ATTACKS OF NEOLIBERALISM AGAINST PUBLIC EDUCATION IN MARANHÃO

Abstract

This article is the product of a research carried out within the scope of the Laboratory of Teaching, Research and Extension of Social Sciences of the State University of Maranhão – LEPECS/UEMA, between 2022 and 2024. The objective was to analyze the implementation of the New High School, starting in 2017, in public schools in Maranhão, in the face of the advance of neoliberalism in the country. Inspired by reflexive sociology (Bourdieu, 1998), qualitative and quantitative methodological procedures were adopted, including visits to schools, interviews with sociology teachers and administrators, discussion groups with students, observation at events, documentary, legislative and bibliographic research. The study found that the reforms restrict the place of social sciences, impose a daily juggling act to escape exclusion, triggering processes of resistance and mobilization in the face of challenges.

Keywords: Neoliberalism; reform; high school; resistance.

Artigo recebido em: 31/10//2024 Aprovado em: 30/04/2025
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v29n1.2025.27>

¹Doutora em Sociologia/DCS/PPGCSPA/LEPECS/GESEA/UEMA

²Especialista em Sociologia, Mestre em Administração/DCS/LEPECS/UEMA

³Aluno do curso de graduação Ciências Sociais Licenciatura da UEMA e bolsista do PIBIC/FAPEMA

⁴Aluna do curso de graduação Ciências Sociais Licenciatura da UEMA e bolsista do PIBIC/UEMA

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como propósito elencar e refletir sobre os efeitos das alterações no ensino médio decorrentes da reforma da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a partir da Lei 13.415/2017 e do Projeto de Lei nº.5230/2023, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece a retomada de carga horária de 2,4 mil horas de Formação, Básica para estudantes do ensino médio regular e a obrigatoriedade de todas as disciplinas do ensino médio, entre elas: a filosofia, a sociologia, a arte e a língua espanhola.

Foram utilizados os resultados de um estudo realizado, no período de agosto de 2022 a agosto de 2024, por um grupo de docentes e discentes dos cursos de Ciências Sociais Licenciatura bolsistas do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/Uema. Mediante as reformulações do ensino médio, considerou-se pertinente observar, também, o lugar, bem como as contribuições das ciências sociais na formação de jovens cidadãos críticos e participativos, tendo como lócus de pesquisa escolas públicas de nível médio de São Luís.

A ideia de refletir sobre o lugar das ciências sociais, a partir das reformulações curriculares propostas na BNCC, exigiu uma aproximação com as percepções e representações de alunos, professores e gestores. O estudo identificou aspectos interessantes do processo histórico, político e social do ensino médio e das ciências sociais no Brasil e, em particular, no Maranhão.

A proposta desta pesquisa está inserida em uma das linhas de atuação do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de Ciências Sociais – LEPECS¹, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Uema. Trata-se de uma inovação da produção científica, uma vez que conjuga as funções básicas da universidade (ensino, pesquisa e extensão), numa dinâmica que visa a aproximação da universidade com a realidade social para, a partir deste conhecimento, contribuir com a sociedade no enfrentamento de seus desafios, em face do avanço da ideologia neoliberal e as investidas no sentido da mercantilização da educação pública no país.

O delineamento do objeto desta análise é resultado da emergência das reflexões sobre as políticas e as práticas educacionais – executadas com a implantação da BNCC (2013-2017) para o ensino fundamental e da reforma do ensino médio no Brasil (2018) (SILVA, 2020, p. 51), com forte interferência na permanência da disciplina sociologia como componente curricular para o ensino médio, conforme a lei 11.684, de 2 de junho de 2008.

O quadro conjuntural histórico nacional demarcado pelo avanço da ideologia neoliberal e suas pressões sobre a educação pública no país coincide com uma dinâmica, de caráter mais local, da licenciatura em ciências sociais no estado do Maranhão. Em que pese a reforma na educação básica,

REFORMAS NO ENSINO MÉDIO E AS INVESTIDAS DO NEOLIBERALISMO CONTRA A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO MARANHÃO

implementada desde 2015, impondo novos desafios às ciências sociais que, durante todo o processo de institucionalização no Brasil, confronta-se com a intermitência do ensino de sociologia, o governo do estado do Maranhão, de maneira distinta, manteve as disciplinas de filosofia e sociologia no ensino médio, o que estimulou a inclusão do curso de Ciências Sociais Licenciatura entre as ofertas do Programa Ensinar Formação de Professores da Uema, para garantir uma oferta maior de professores, de modo a atender a demanda existente nos demais municípios do estado.

A interiorização do curso de Ciências Sociais Licenciatura no Maranhão, iniciada desde 2016, com a criação do curso de Ciências Sociais Licenciatura do Centro de Estudos Superiores de Caxias (CESC/UEMA), levou em consideração os indicadores educacionais. Entretanto a reforma no ensino médio que implicou, inicialmente, o fim da disciplinarização impôs novos desafios ao campo das ciências sociais e das demais ciências humanas que possibilitam a compreensão dos problemas sociais de forma a contribuir para o enfrentamento necessário.

A percepção deste cenário revelou a necessidade de uma compreensão urgente da concepção em jogo do que seria ensino médio em tempos contemporâneos e do lugar das ciências sociais neste contexto. Considerando que este campo disciplinar inclui, entre seus objetivos, propiciar a formação de elementos teóricos e sociais que contribuam para o ensino de uma cultura escolar de inclusão das diferenças, em termos de classes sociais, raça/etnia, gênero, sexualidade, religião, necessidades especiais (físicas e afetivas), entre outras diferenças que, historicamente, estruturam sistemas de preconceito e discriminação no meio social e que podem ser reforçados no ambiente escolar. Indaga-se, de que forma esses conteúdos estão sendo trabalhados com carga horária reduzida e como tem ocorrido a interdisciplinaridade.

Quando o estudo foi iniciado, em 2022, em outro contexto político em âmbito nacional, o “Novo Ensino Médio” estava no seu primeiro ano de implantação, nas primeiras séries, com projeção para concluir essa fase em 2024. Na ocasião, verificou-se que a Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, para além da alteração da carga horária e da estrutura curricular, implicou arranjos sistemáticos e diferenciados nas escolas.

Percebeu-se que as escolas já estruturadas para funcionar em tempo integral tinham mais recursos para as adaptações exigidas, assim como as escolas definidas para a experiência piloto. As demais tinham mais dificuldades. Observou-se, também, que, devido às dificuldades estruturais, várias escolas, particularmente, nos municípios do interior do estado, não chegaram a alterar seus planejamentos e currículos e continuavam com o sistema antigo, adotando, inclusive, o mesmo material didático e seguindo os campos disciplinares, ou seja, havia uma heterogeneidade nos modos de

condução desse nível escolar que precisa ser melhor compreendido, por meio de pesquisas mais ampliadas.

Com a mudança no cenário político em âmbito nacional, a partir de 2023 fortaleceu-se a mobilização de profissionais da educação e de estudantes das escolas da rede estadual de ensino, questionando a reforma do ensino médio, o que resultou na suspensão do NEM², e abertura pelo Ministério da Educação de uma consulta pública. No Maranhão, ocorreram várias manifestações de professores e estudantes, na tentativa de sensibilizar a sociedade para os efeitos dessa reforma, tendo como resultados a organização de fóruns e comitês de resistência³.

A execução da pesquisa se confronta com uma dinâmica da realidade, que exigiu um constante repensar de suas estratégias para a obtenção de informações e aproximação das percepções dos diferentes agentes sociais envolvidos no debate. Na fase inicial, privilegiou-se uma revisão da literatura específica sobre o ensino médio no Brasil, do ensino de sociologia, incluindo trabalhos acadêmicos, documentos e legislação que orientam as reformas no ensino médio.

Outro conjunto de estratégias foram os contatos com profissionais da educação e visitas às escolas para se compreender o ambiente escolar e o esforço coletivo nesse momento de implantação das mudanças. Nas visitas às escolas Centro Educa Mais Barjornas Lobão, Centro de Ensino Cidade Operária 2, Centro de Ensino São Cristóvão, e a Centro Educa Mais Profa Maria Pinho, localizada no bairro do Cohatrac, a equipe dialogou com gestores, alunos e professores de sociologia, por meio de rodas de conversas, entrevistas e observações em salas de aula e em eventos realizados pela escola. Foram considerados, ainda, relatos das experiências dos alunos de licenciatura com as componentes curriculares Práticas nas dimensões Político Social, Educacional e Escolar e Estágios Supervisionados.

Na medida em que se ampliou a inserção no campo escolar, identificou-se uma heterogeneidade na forma como o ensino médio vem sendo ofertado e as diferentes realidades em curso na rede pública do estado do Maranhão, sendo as primeiras identificadas: a) escolas que atuam em tempo integral⁴; b) escolas em fase de expansão; c) escolas que atuam de forma parcial.

Concomitantemente, nos primeiros meses de 2023, a equipe acompanhou as manifestações em espaços públicos e em redes sociais, eventos de professores, bem como leitura de manifestos e abaixo-assinados que contestam a reforma do ensino médio. A observação em tais eventos nos conduziu para as seguintes reflexões: 1) As transformações no ensino médio e o papel das ciências sociais na rede pública do estado do Maranhão (2018 a 2023); 2) Mobilização política dos/as profissionais da educação em face da “Reforma do ensino médio” no Maranhão: em debate o discurso modernizador.

REFORMAS NO ENSINO MÉDIO E AS INVESTIDAS DO NEOLIBERALISMO CONTRA A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO MARANHÃO

O dissenso em torno da reforma do ensino médio seguiu novos rumos a partir de 2023, quando se intensificaram as disputas no Congresso Nacional entre os que defendem o NEM, os atuais gestores do Ministério da Educação e os órgãos de representação política dos docentes e discentes. Após as pressões da sociedade civil, foi aprovado na Câmara dos Deputados, no dia 20 de março de 2024, o novo Projeto de Lei 5230/23 que reformula alguns pontos da reforma do ensino médio prevista na Lei 13.415/17, entre eles a carga horária que volta a ser de 3.000 horas nos três anos. Pestana (2018) faz uma crítica pertinente à reforma do Ensino Médio que foi implementada por meio de medida provisória, ou seja, de maneira autoritária, pois, não houve debate com a sociedade, problema que persiste mesmo após as eleições de 2022.

As etapas de implementação começaram a sofrer alterações. Como resultados das mobilizações e intervenções políticas foi emitida a portaria Nº 627, de 4 de abril, suspendendo os prazos de que tratam os artigos Art. 1º: 4º, 5º, 6º e 7º da Portaria MEC nº 521, de 13 de julho de 2021, que instituiu o Cronograma Nacional de Implementação do NEM e, em específico, o Exame Nacional do Ensino Médio, pelo prazo de 60 (sessenta) dias após a conclusão da Consulta Pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de ensino médio, instituída pela Portaria MEC nº 399, de 8 de março de 2023. Isso não significa que as escolas pararam de executar o currículo de imediato, mas sim a não aplicação do novo modelo de ENEM. Essa suspensão abriu uma possibilidade de reestruturação curricular.

Diante da falta de consenso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs o projeto de lei nº.5230/2023 com o seguinte teor: “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e define diretrizes para a política nacional de ensino médio”. A proposta modifica pontos como: - carga horária; disciplinas obrigatórias; formação de professores; e os chamados “itinerários formativos”, criados pela reforma de 2017, para permitir ao estudante completar a grade curricular com áreas do conhecimento de seu interesse. A proposta visa recompor as horas anuais; disciplinas obrigatórias; formação de professores e substituição dos itinerários formativos (Câmara, 2023).

A pesquisa segue a dinâmica da realidade com os desdobramentos políticos do processo de implantação/suspensão e reformulação do “Novo Ensino Médio” no Brasil. Avançou-se na reflexão sobre os diferentes interesses econômicos e políticos que atuam como pano de fundo dessa disputa pelo controle e direcionamento das políticas educacionais no Brasil e como isso se reflete nas políticas educacionais adotadas no Governo do Estado do Maranhão; bem como sobre os efeitos dessas intervenções no exercício cotidiano dos docentes, em particular dos professores de sociologia, e nas expectativas dos discentes quanto às suas trajetórias acadêmicas futuras.

Para efeito de exposição, este artigo se estrutura em quatro itens, incluindo esta introdução e a conclusão. No segundo item destacam-se as políticas educacionais e as reformas no ensino médio, observando-se as interferências sobre campos disciplinares específicos como o ensino de sociologia. No terceiro item tenta-se estabelecer as conexões entre essas reformas e conjuntos de interesses de organismos multilaterais e grupos econômicos que pressionam as políticas públicas e direitos sociais na América Latina e no Brasil, em particular, desde os anos 1990⁵. E na conclusão, pontuam-se as revelações que essa experiência de pesquisa nos traz, assim como os questionamentos que emergem a partir da dinâmica observada.

2 REFORMA NO ENSINO MÉDIO E A INTERMITÊNCIA DA SOCIOLOGIA

A reforma do ensino médio apresenta como principal proposta fazer um “novo” ensino médio, com mudanças como carga horária, inserir disciplinas como projeto de vida, empreendedorismo, maior enfoque profissionalizante, itinerários formativos dentre outros. A Lei n^o 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 tem o seguinte teor:

Altera as Leis n^o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n^o 5.452, de 1^o de maio de 1943, e o Decreto-Lei n^o 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n^o 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (GOV.BR, 2017).

Dessa forma, atualmente a formação profissional se tornou valorizada e ofertada nas redes de ensino no nível médio, gerando a expectativa de que, ao concluírem o ensino médio, os alunos ingressem de imediato no mercado de trabalho. Essa suposição encontra-se exposta no art.36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional possibilitando dupla formação: “V- Formação técnica e profissional”. Dentro do novo projeto da Lei, o objetivo é contemplar essas formações e a BNCC dá autonomia às instituições de ensino na execução do currículo. No parágrafo 3^o desse artigo, está dito que: “a critério dos sistemas de ensino, poderá ser composto itinerário formativo integrado, que se traduz na composição de componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular”. Possibilitando a expansão da formação básica nas escolas e fornecendo autonomia das instituições ao aplicar o modelo fornecido pela BNCC. Tais itinerários formativos deverão ser definidos conforme a oferta de arranjos curriculares, de acordo com a “relevância para o contexto local e a possibilidade de sistemas de ensino” (GOV.BR, 2017).

REFORMAS NO ENSINO MÉDIO E AS INVESTIDAS DO NEOLIBERALISMO CONTRA A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO MARANHÃO

A autonomia na execução eficiente do currículo é um ponto de preocupação, uma vez que as instituições de ensino podem determinar o alinhamento das disciplinas, podendo afetar a associação das áreas de ciências humanas, comprometendo a integração e prejudicando tanto a sociologia quanto outras áreas e seus professores. Isso pode resultar na utilização de profissionais que não são especializados na disciplina específica, agravado por preconceitos e estigmas que associam seus conteúdos a “ideologias políticas”⁶, o que dificulta sua aplicação em sala de aula.

Além disso, a proposta de disciplinas eletivas e o alinhamento curricular, somados ao aumento da carga horária anual para 1.000 horas, direcionam os alunos para itinerários formativos focados em uma construção de carreira, com disciplinas como empreendedorismo e projeto de vida. Essas matérias incentivam o protagonismo dos alunos, orientando suas escolhas durante o ensino médio e gerenciando competências emocionais, como a descoberta de “soft skills”, que ajudam a identificar e aprimorar as qualidades de cada aluno para o mercado de trabalho.

Cabe ressaltar que, com a redução da carga horária da disciplina sociologia para 40 minutos semanais, para cumprirem suas cargas horárias, os/as professores/as dessa disciplina complementam sua jornada com outras disciplinas, entre elas, história, geografia, filosofia, artes, empreendedorismo e projeto de vida, sem que esses conteúdos tenham passado por sua formação. Os entrevistados relataram o esforço pessoal de procurarem essa formação concomitante à execução das disciplinas e que tiveram de usar de muita criatividade e habilidade na condução da tarefa, com consequências para o equilíbrio emocional e saúde mental, pelo fato de serem obrigados a assumirem responsabilidades para as quais não foram preparados na sua formação. Soma-se a isso, a insegurança com os contratos temporários que resultam numa rotatividade constante para que o professor atinja sua carga horária de 26 horas semanais.⁷

Outro ponto é a diminuição do foco no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) durante os últimos anos do ensino médio, o que compromete o aprofundamento pedagógico. A carga horária de três mil horas é distribuída em 1.800 horas para o currículo comum e 1.200 para os itinerários formativos, e questões como suporte qualificado, cumprimento das horas exigidas e a gestão do tempo para conciliar os estudos com as atividades extracurriculares tornam-se desafios.

Por outro lado, o ENEM não sofreu mudanças ou adaptações ao NEM, e os jovens que fizeram seu ensino médio entre 2021 e 2024 se sentem prejudicados nos conteúdos, particularmente das ciências humanas, como geografia, história, filosofia e sociologia. Somente os que tiveram condições de financiar um reforço escolar conseguiu aprovação no exame, outros, para não dizer a maioria, se sentiram desestimulados até mesmo a seguir seus estudos e fizeram a “opção” pelo mercado de trabalho precarizado.

Quanto à BNCC, a flexibilização na contratação de professores no ensino médio permitia, pela Lei nº 13.415/2017, a inclusão de profissionais com notório saber para disciplinas dos itinerários técnico-profissionais, mesmo sem licenciatura. Isso gerou receios entre os docentes, que valorizam os métodos e conhecimentos adquiridos em cursos de licenciatura. Assim, surge uma reflexão sobre a valorização da pedagogia e dos cursos de licenciatura no Brasil.

O cronograma de implementação do Novo Ensino Médio iniciou em 2022, com previsão de finalização em 2024, após a homologação dos modelos curriculares pelos Conselhos de Educação em 2020. Em 2022, as diretrizes curriculares começaram a ser aplicadas no 1º ano do ensino médio; em 2023, foram estendidas ao 1º e 2º anos; e em 2024 planejava-se implementá-las em todos os anos do ensino médio. Esse período incluiu monitoramento contínuo e formações para os profissionais de educação.

Contudo, mobilizações populares e intervenções políticas influenciaram esse processo, levando à Portaria nº 627 de 4 de abril de 2023, que suspendeu os prazos previstos para a implementação do currículo e do novo modelo do ENEM por 60 dias, visando reavaliar a política do ensino médio através de consulta pública. A consulta envolveu questionários e webinários com participação de especialistas, alunos, professores, gestores e movimentos sociais. Em 7 de agosto de 2023, o Ministério da Educação publicou um sumário executivo com sugestões, que incluíam apoio às secretarias estaduais para monitorar a implementação, financiamento de ações da BNCC nas escolas e foco em avaliar a prática desse novo ensino médio, com atenção às desigualdades sociais.

Após o período de suspensão, uma votação no Congresso Nacional, em outubro de 2023, buscou consenso sobre novas propostas, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva introduziu o Projeto de Lei nº 5230/2023. O projeto sugere mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, incluindo a recomposição da carga horária anual para 2,4 mil horas na Formação Básica, retorno da obrigatoriedade de disciplinas como filosofia, sociologia, arte e espanhol, e a oferta de formação técnica com, no mínimo, 800 horas. O projeto propõe ainda quatro novos percursos formativos, cada um integrando pelo menos três áreas do conhecimento, além da proibição do ensino à distância para componentes da formação geral básica e a revogação do uso de profissionais sem licenciatura, substituindo-os por docentes devidamente qualificados.

O Projeto de Lei 5230/2023, aprovado no Senado em 20 de março de 2024, introduz uma série de alterações no ensino médio brasileiro. As diretrizes nacionais para aprofundamento das áreas de conhecimento devem ser formuladas até o final de 2024, com início do ano letivo e aplicação das novas regras a partir de 2025. A partir do ano letivo de 2026, a oferta de cursos técnicos, com duração mínima de 1.200 horas, deverá ocorrer em uma jornada escolar que supere o regime de tempo parcial.

3 A IDEOLOGIA NEOLIBERAL E O DESMONTE DO ENSINO MÉDIO NO MARANHÃO

A compreensão das transformações estruturais que moldaram o sistema educacional do país nas últimas décadas é essencial para se entender os desdobramentos das atuais políticas educacionais na educação básica, em especial no ensino médio. Segundo Loureiro (2010), essas políticas, iniciadas nos anos 1990, têm um impacto significativo na forma como a educação é estruturada e gerida, refletindo uma mudança fundamental no papel da escola dentro da sociedade capitalista. A partir das diretrizes do Banco Mundial, a educação passou a ser tratada como um produto voltado para as necessidades do mercado de trabalho, em vez de um direito universal, o que afeta diretamente o acesso e a qualidade da educação pública.

Silva (2002, p. 9) nos remete para os acontecimentos da década de 1980, considerado um marco nos processos de desmantelamento das instituições do Estado nacional, produzidos pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio, por meio do crescimento da dívida externa e interna e compressão das atividades econômico-industriais e agravamento dos indicadores de pobreza. Tais imposições contaram, segundo a autora, com o consentimento dos governos latino-americanos, firmado em acordos internacionais, entre eles a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas ou Conferência de Bretton Woods, de 1944, no estado de New Hampshire, Estados Unidos. A partir desses acordos, os créditos concedidos à educação são frações de créditos econômicos e devem ser destinados a projetos educacionais alinhados aos critérios do Banco financiador. Estabeleceu-se o confronto entre as forças da sociedade civil e as forças políticas e econômicas nacionais e internacionais na prescrição das políticas para a educação básica pública no país (Silva, 2002, p. 13).

Segundo Loureiro (2010), no Brasil, a educação pública, historicamente, tem desempenhado funções estratégicas que favorecem a reprodução das condições necessárias à manutenção da sociedade capitalista. As reformas educacionais neoliberais, especialmente a partir dos anos 1990, visaram adequar a educação às necessidades do mercado de trabalho, o que pode ser observado nas políticas adotadas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas. Loureiro (2010) destaca que essas políticas foram fortemente influenciadas pelas recomendações do Banco Mundial, que propõem uma educação voltada para a eficiência econômica e a minimização dos custos, quase sempre em detrimento da qualidade e da equidade educacional.

Historicamente, as políticas educacionais no Brasil e em outros países periféricos foram moldadas pela necessidade de responder às crises do capital. Loureiro (2010) cita Mészáros (2005) para destacar como a educação, no contexto capitalista, visa fornecer mão de obra qualificada

minimamente e inculcar valores que legitimam os interesses dominantes. Essa relação é estabelecida através da analogia entre escola e empresa, e entre pais e consumidores de serviços, transformando a educação em um produto que deve ser eficiente e rentável. Segundo Loureiro (2010), as recomendações do Banco Mundial têm influenciado diretamente as políticas educacionais brasileiras, documentos como "Prioridades y estrategias para la educación" (1996) e "Educación media en el Paraguay: logros, opciones y desafíos" (2008) exemplificam como essas diretrizes são implementadas. As políticas sugeridas pelo Banco Mundial enfatizam a necessidade de contenção de despesas e a abertura do setor educacional para a iniciativa privada.

Segundo Alves Neto (2024), a educação brasileira é marcada por uma dualidade estrutural significativa: de um lado, um ensino propedêutico, destinado a formar as elites, e, de outro, um ensino profissionalizante voltado para preparar trabalhadores. A LDB de 1996 surgiu com a promessa de transcender essa separação histórica, oferecendo uma nova configuração para o ensino médio. O objetivo era estabelecer uma etapa final da educação básica que unisse aspectos gerais e profissionais, rompendo com a divisão anterior e promovendo uma formação mais integrada.

No entanto, a realidade observada é que a integração proposta pela LDB tem sido insatisfatória para assegurar uma educação de qualidade e equitativa. Alves Neto (2024) destaca que, apesar da intenção de consolidar a educação básica, o modelo implementado muitas vezes resulta em uma abordagem mais instrumental e menos emancipatória. A análise das propostas e reformas revela que, frequentemente, a educação se torna um meio para preparar para o mercado de trabalho, em vez de desenvolver o potencial humano em sua totalidade.

De acordo com Lima et al. (2013), há uma crescente ênfase em competências e habilidades voltadas para a empregabilidade, frequentemente em detrimento de uma formação crítica e integral. O modelo educacional atual prioriza a preparação para o mercado de trabalho, o que reflete uma tendência das Diretrizes Curriculares Nacionais influenciadas por órgãos internacionais como a UNESCO e o Banco Mundial. Essas diretrizes tratam a educação mais como uma mercadoria do que como um direito fundamental, evidenciando um desvio da proposta original de uma formação holística.

Alves Neto (2024) aponta que a dualidade entre uma educação voltada para a emancipação e outra voltada para o mercado de trabalho continua a ser um desafio central. A ideia de uma educação politécnica, que combinaria aspectos teóricos e práticos, surge como uma solução promissora. No entanto, a realidade revela que muitos sistemas de ensino ainda permanecem presos a modelos tradicionalmente utilitaristas. A ausência de um projeto educacional coerente e a persistente precarização da educação resultam em altos índices de evasão, abandono e reprovação, evidenciando a falha das reformas atuais em alcançar seus objetivos emancipatórios.

REFORMAS NO ENSINO MÉDIO E AS INVESTIDAS DO NEOLIBERALISMO CONTRA A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO MARANHÃO

A agenda neoliberal que ataca a educação brasileira se articula de forma latente e é subsidiada por uma agenda política. Freitas (2018) oferece uma análise detalhada das transformações na política educacional brasileira, especialmente no que diz respeito à adoção de uma agenda neoliberal. Segundo o autor, essa reforma empresarial da educação teve suas raízes plantadas no final da década de 1990, durante a administração de uma coalizão de centro-direita, liderada pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e o então Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Democratas (DEM).

Segundo Freitas (2018), a principal estratégia dessa coalizão foi a introdução de "referências nacionais curriculares" e a implementação de processos de avaliação em larga escala, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Esses mecanismos foram essenciais para o desenvolvimento de um sistema de responsabilização (accountability) na educação brasileira. O autor destaca que tais iniciativas foram fortemente inspiradas pelas políticas educacionais dos Estados Unidos, notadamente a lei No Child Left Behind (NCLB), que instituiu um rigoroso sistema de accountability.

Freitas (2018) contextualiza essa retomada dentro de um movimento global que promove a padronização, os testes e a responsabilização educacional, frequentemente à custa da diversidade cultural e das especificidades nacionais. Esse movimento é impulsionado por interesses do capital financeiro rentista, que opera de forma supranacional e busca maximizar lucros através da mercantilização da educação. Ele observa que tais políticas são parte de uma estratégia mais ampla de desmonte das políticas públicas em prol de uma agenda neoliberal. É também uma ameaça à diversidade e à autonomia das instituições educacionais. Nesse sentido, o autor argumenta que a resistência deve ser informada por uma compreensão detalhada das estratégias e influências da nova direita neoliberal, que se organizou de maneira eficaz, utilizando recursos jurídicos, parlamentares e midiáticos para corroer as bases da democracia liberal e impor uma agenda empresarial na educação.

Nas escutas realizadas em eventos, foi possível compreender a percepção de professores e alunos das escolas públicas de São Luís em face à reformulação do ensino médio. Em 22 de fevereiro de 2022, durante um seminário promovido pela Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA), no contexto da implantação da Lei Nº 13.415/2017, uma estudante do IFMA cobrou a participação dos estudantes no debate: "a gente precisa entender as necessidades educativas dos diversos jovens no país inteiro e aí um passo muito importante foi, a gente quer é a oportunidade de ouvir o país inteiro".

Um professor da mesma instituição fez também uma crítica à reforma do ensino médio, apontando que a utilização do termo "novo" é, na verdade, falaciosa. A concepção de "novo" na

reforma do Ensino Médio, representada pela Lei nº13.415/2017, é superficial e não é realmente inovadora: "o que sempre aconteceu no Brasil foi exatamente essa ruptura intencional de uma formação de caráter para aqueles que poderiam ter acesso a uma escola estruturalmente minimamente condicionada".

Embora seja apresentada como uma inovação, na prática, conforme a análise do mesmo professor, a reforma mantém uma estrutura fragmentada e desigual. Essa abordagem "preconiza e advoga a partir de uma concepção de ser humano que, na nossa leitura, é fragmentária e fragmentada, perpetuando desigualdades e não resolve os problemas estruturais". Trata-se de uma tentativa de acirrar as desigualdades educacionais em vez de promover uma verdadeira integração e melhoria na educação. Ainda segundo o professor, o ensino técnico sempre foi visto como algo menor, algo que não se equipara à formação científica, o que revela uma "cisão estrutural na nossa educação".

As mudanças, ao invés de promover uma integração e ampliação das oportunidades educacionais, acabam por reforçar as desigualdades existentes, ao propor itinerários que segregam ainda mais os estudantes, conforme suas condições socioeconômicas, contrariando a ideia de um ensino verdadeiramente integrado". Na percepção de um dos professores ouvidos pela pesquisa, a verdadeira integração curricular deve levar em conta a formação integral do aluno, promovendo uma educação que não apenas transmita conhecimentos técnicos, mas que também desenvolva competências sociais e críticas.

4 CONCLUSÃO

De todo o cenário identificado pela pesquisa, pode-se inferir que as configurações que foram apresentadas nos discursos do "Novo", neste trabalho, revelaram a intenção de desmonte da educação pública para atender às orientações da ideologia neoliberal em curso no país. As reformas implementadas no ensino médio evidenciam a reprodução das desigualdades de classes nas políticas educacionais. As mudanças efetivadas afetam negativamente os jovens que dependem da rede pública de ensino para garantir a sua mobilidade social.

A desigualdade social se reproduz na diversidade de formatos de escolas e na distribuição de recursos para a manutenção dessa estrutura. A Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, para além da alteração da carga horária e da estrutura curricular, implicou arranjos sistemáticos e diferenciados nas escolas. Percebeu-se uma diferença entre as escolas já definidas para funcionar em tempo integral, estas, assim como as escolas definidas para a experiência piloto, têm mais recursos para as adaptações das instalações físicas exigidas, dispõem de equipes de professores e equipamentos. As

REFORMAS NO ENSINO MÉDIO E AS INVESTIDAS DO NEOLIBERALISMO CONTRA A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO MARANHÃO

demais têm mais dificuldades. Observou-se, portanto, que há uma heterogeneidade nos modos de condução desse nível escolar que precisa ser melhor compreendida, por meio de pesquisas mais ampliadas, junto aos planejadores dessas políticas.

O estudo constatou que as reformas restringem, por sua vez, o lugar das ciências sociais no ensino médio, impondo um malabarismo cotidiano aos profissionais desse campo disciplinar, para fugir da exclusão. Chamamos atenção para as determinações da política neoliberal ao influenciar o contexto educacional do Maranhão, principalmente no discurso de direcionamento dos itinerários formativos e dos projetos de vida da juventude. Toda essa perspectiva voltada para a articulação com o mercado e no desmonte da proposta de emancipação pela formação humanista pautada em uma educação de fundamentos históricos - críticos e reflexivos.

Apesar dessas contradições, há contribuições significativas dos agentes envolvidos no campo das lutas sociais. Durante a pesquisa, foi possível observar o desencadeamento dos processos de resistência e de mobilização política em face dos desafios impostos pelas sucessivas reformas, o que garantiu alguns recuos da política de exclusão. Ressaltamos, também, a compreensão dos trabalhadores da educação nos espaços escolares e dos gestores, em suas narrativas e discussões, sobre as reformas no ensino médio e problemáticas decorrentes da ideologia neoliberal.

Ao finalizar a análise desta pesquisa, chamamos atenção para o papel dos movimentos sociais da educação, como um registro dessa luta de resistência ao desmonte da educação nesse processo ideológico, na legitimação de uma maneira autoritária ao encobrir e/ou dissimular as contradições da relação trabalho e capital, no contexto contemporâneo da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALVES NETO, Henrique Fernandes. **As definições, funções, sentidos atribuídos ao ensino médio após a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996: disputas para além da emancipação e competências.** 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

ARAUJO, Marcelo da Silva. Laboratório de Humanidades como espaço de interdisciplinaridade e formação crítica no Ensino Médio. *In*: BODART, Cristiano das Neves; MAGALHÃES, Alexander (orgs.). **Sociologia escolar: ensino, discussões e experiências.** 1 ed. Porto Alegre: CirKula, 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 5230, de 2023. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 6 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 627, de 4 de abril de 2023. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 66, p. 18, 5 abr. 2023. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-627-2023-04-04.pdf>.

CASSIO, Fernando. O “Novo” Ensino Médio é muito pior que o anterior. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/o-novo-ensino-medio-e-muito-pior-que-o-anterior/>. Acesso em: 19 maio 2023.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica:** antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

FERNANDES, Florestan. O ensino da sociologia na escola secundária brasileira. In: **ANAIS** do I Congresso Brasileiro de Sociologia. Sociedade Brasileira de Sociologia: São Paulo, 1995.

Formação e atuação docente no Paraná e no Maranhão em tempos de pandemia [livro eletrônico] / organizadores/as: Helciane de Fátima Abreu Araujo...[et al.]. – Londrina : Madrepérola, 2021. 1 Livro digital.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GARCIA, Andréa Joana Sodré de Sousa. **Sociologia do trabalho docente:** Formação e condições de trabalho de professores de Sociologia nas escolas públicas estaduais do ensino médio no Maranhão. 2024.295f. Tese (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/CCH)-Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

LENNERT, A. Condições de trabalho do professor de sociologia. **Cadernos Cedes.** Campinas, vol. 31, nº 85, p. 383-403, set-dez, 2011.

LIMA, Alexandre Jeronimo Correia. **Conhecimento sociológico nos domínios escolares:** poder e controle na circulação de ideias sociológicas. 1 ed. Curitiba: Appris, 2019.

LIMA, Ângela Maria de Sousa et al. **Práticas e debates na formação de professores de Sociologia/Ciências Sociais.** Londrina: UEL, 2013.

LOUREIRO, Bráulio Roberto C. O contexto neoliberal: as recomendações educacionais do Banco Mundial como resposta à crise estrutural do capital. **Verinotio:** revista on-line de educação e ciências humanas, v. 11, p. 1-15, abr. 2010.

MEC. Base Nacional Comum Curricular - Ensino Médio - Disponível em:<https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/pdfs/RCSEEMA.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

REFORMAS NO ENSINO MÉDIO E AS INVESTIDAS DO NEOLIBERALISMO CONTRA A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO MARANHÃO

MEC. Sumário executivo de relatório da consulta pública do ensino médio. Brasília, DF, 20 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/audiencias-e-consulas>

MELO, C. B. de & LEONARDO, N. S. T. Sentido de ensino médio para estudantes de escolas públicas estaduais. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/7Hp9kkdFqqd599fKFJCQWPq/#>. Acesso em: 18 maio 2023.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base. Ensino Médio. 2017.

PESTANA, Graziela Jesus. Ensaio sobre a reforma do Ensino Médio no Brasil: um novo projeto de nação pautado no retorno à política neoliberal. In: LIMA, Angela Maria de Sousa et.al (orgs.). **Práticas de pesquisa no ensino de sociologia**. Londrina: UEL, 2008.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Esforços de teorização da realidade brasileira, politicamente orientados, de 1870 a nossos dias. In: **ANAIS** do I Congresso Brasileiro de Sociologia. Sociedade Brasileira de Sociologia: São Paulo, 1995.

SAES, D. **A Reforma do Ensino Médio no Brasil**: Ensino Médio Integrado e formação profissional de jovens trabalhadores. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/download/8846/6726>.

SILVA, Ileizi Fiorelli. BNCC, o ensino de Sociologia e a: In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro (orgs.). **Dicionário de Ensino de Sociologia**. 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. Campinas, SP: Autores Associados. São Paulo, Fapesp, 2002.

Notas

¹ Araújo (2018, p. 69) lembra que os estudos de laboratório se destacaram nas últimas duas décadas na explicação dos fatos científicos, alcançando também as abordagens sociológicas do problema do conhecimento, porém, eles, segundo o autor, não são responsáveis somente pela produção do conhecimento científico, “mas também pela configuração do próprio contexto social”. É nessa perspectiva que vem sendo construída a concepção do LEPECS, a partir de parcerias com outras universidades públicas do Brasil, a exemplo da firmada com um grupo de professores do curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (PGSOC/UEL) e também com os professores da educação básica.

² Portaria MEC nº627, de 04 de abril de 2023, que suspende os prazos em curso da portaria MEC nº 521, 03 de julho de 2021, quem instituiu o cronograma Nacional de implementação do novo ensino médio.

³ A questão foi debatida no Fórum Maranhense de Sociologia e no Comitê Maranhense pela Revogação do Novo Ensino Médio, formado por 32 entidades.

⁴ No total de 160 em todo o estado do Maranhão.

⁵ Sobre a intervenção das instituições financeiras internacionais na construção da ordem capitalista, ver SILVA (2002).

⁶ Termo acionado pelo pensamento conservador, numa tentativa de criminalizar a Política e, ao mesmo tempo despolitizar a educação no Brasil.

⁷ Vários estudos recentes têm se dedicado a essa temática. Ver Garcia (2024).